

---

# AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO NA PARAÍBA: O AGROAMIGO COMO ATOR SOCIAL

*Family farming and development in Paraíba: the Agroamigo as a social actor*

## **Ramonildes Alves Gomes**

Graduada em Serviço Social. Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Rua Aprígio Veloso, 882, Universitário. Campina Grande, PB. [ramonildes.alves@professor.ufcg.edu.br](mailto:ramonildes.alves@professor.ufcg.edu.br).

## **Roberto de Sousa Miranda**

Graduado em Ciências Sociais. Doutor em Ciências Sociais. Professor da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba. Avenida Bom Pastor, S/N, Boa Vista. Garanhuns, PE. [robertosmiranda@ufape.edu.br](mailto:robertosmiranda@ufape.edu.br).

## **Valdênio Freitas Meneses**

Graduado em Ciências Sociais. Doutor em Ciências Sociais. Professor do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG. Rua Jario Vieira Feitosa, 1770, Pereiros. Pombal, PB. [valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br](mailto:valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br).

---

**Resumo:** No artigo, analisa-se o Programa Agroamigo no estado da Paraíba, refletindo sobre a sua trajetória enquanto ator social indutor de mudanças que impactam o desenvolvimento rural. Tomamos como fontes de evidências o acervo bibliográfico que discute e analisa o programa e as suas operações de crédito na Paraíba, entre os anos de 2007 e 2022, disponibilizadas pelo BNB. Chamamos a atenção para a importância de problematizar a articulação entre o Agroamigo e o dinamismo da agricultura familiar, que convergem para o desenvolvimento de espaços rurais frágeis, como no agreste e no sertão paraibano. Questionamos como o Agroamigo tem contribuído para reorganizar a agricultura familiar e desenvolver esses espaços, e quais inovações e mudanças contaram com a sua influência. Mostramos, ao final, que o Agroamigo possui uma grande capilaridade, custeando e investindo na agricultura familiar de todos os municípios paraibanos, especialmente, os mais pobres, em que as mulheres são as maiores tomadoras de crédito para as atividades agrícolas e as vulnerabilidades climáticas não são obstáculo para acessar esse recurso.

**Palavras-chaves:** Agroamigo; Agricultura Familiar; Desenvolvimento; Paraíba.

**Abstract:** This article analyzes the Agroamigo Program in the state of Paraíba, reflecting on its trajectory as a social actor inducing changes that impact rural development. We take as sources of evidence the bibliographic collection that discusses and analyzes the program and its credit operations in Paraíba, between the years 2007 and 2022, made available by BNB. We emphasize the importance of problematizing the articulation between Agroamigo and the dynamism of family farming, which converge to the development of fragile rural spaces, such as in the hinterlands of Paraíba. We question how Agroamigo has contributed to reorganize family farming and develop these spaces, and what innovations and changes have been under its influence. We show, in the end, that Agroamigo has a great capillarity, funding and investing in family farming in all municipalities of Paraíba, especially the poorest, where women are the largest borrowers of credit for agricultural activities and climate vulnerabilities are not an obstacle to access this resource.

**Keywords:** Agroamigo; Family farming; Development; Paraíba.

## 1 INTRODUÇÃO

O caminho que assumimos para compreendermos a dinâmica do Programa de Microfinança Produtivo Orientado e Acompanhado (Agroamigo), no estado da Paraíba, foi analisar a literatura especializada, o volume de operações e o perfil do tomador do crédito, tudo isso remetendo ao interstício de 2007 a 2022. A perspectiva de análise adotada buscou olhar para o futuro, na esteira do desenvolvimento e da abordagem orientada ao ator, produzindo reflexões sobre como o Agroamigo pode se superar e reinventar-se, enquanto metodologia de estímulo de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e de estratégias que visam a reduzir desigualdades sociais e promover a inclusão, com vistas à eliminação da miséria e da fome, particularmente nos espaços rurais do semiárido nordestino. O Agroamigo foi criado em 2005, pelo Banco do Nordeste (BNB), para ampliar as potencialidades do Pronaf e para que os agricultores sejam atendidos pelo agente de crédito na própria residência. Em geral, os agentes de crédito orientam os agricultores acerca de temas, como endividamento, planejamento financeiro, poupança, estratégias de alocação de recursos, e a necessidade de honrar com o pagamento do recurso contratado.

Para evidenciar, no estado da Paraíba, a importância do Agroamigo enquanto um ator produtor de possibilidades para a agricultura familiar, problematizamos os seguintes pontos: (a) o perfil do agricultor contratante; (b) a destinação do recurso contratado; (c) o recorte de gênero, a relação entre o beneficiário e o uso do recurso contratado; (d) a linha do Pronaf que o tomador de crédito está inserido; e (e) as mudanças identificadas nos espaços de maior presença do programa (presença em volume de recursos contratado), destacamos os resultados não previstos, entre os quais a valorização de situações e símbolos que apontam para a emergência e o fortalecimento de ruralidades que se expressam na capilaridade do Agroamigo na Paraíba – programa que está presente nos 223 municípios do estado, dos quais alguns são municípios rurais. Contudo, em sentido polissêmico e controverso, o conceito de ruralidade rejeita a ideia de que seria uma etapa do desenvolvimento social a ser superada, dando lugar ao progresso. A ruralidade aqui remete à pluralidade de movimentos, de processos que tanto dinamiza os espaços rurais, quanto fortalece as interdependências entre o campo e a cidade, portanto extrapolando a definição do rural pela dimensão econômica centrada na agropecuária.

O artigo em questão possui a seguinte estrutura: (1) uma discussão geral acerca das diretrizes do Agroamigo e sua presença como impulsionador da agricultura familiar e do desenvolvimento rural, e também como objeto de estudo; (2) uma avaliação da dinâmica da agricultura e da pecuária na Paraíba, correlacionando com o perfil dos tomadores de crédito, as atividades que receberam mais investimentos e a presença das mulheres; (3) um tensionamento qualitativo entre esforços de pesquisa descritas e apresentadas acerca do Agroamigo, apontando as continuidades e descontinuidades; (4) uma apresentação panorâmica no agreste e do sertão paraibanos, enfatizando os desdobramentos da presença do Agroamigo na agropecuária regional; e, por fim (5), nas considerações finais, uma reflexão que justifica a importância e a continuidade de pesquisas que tenham o Agroamigo como objeto de estudo interdisciplinar, necessário para o desenvolvimento do semiárido nordestino.

## 2 O AGROAMIGO ENQUANTO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Desde a sua criação, o Agroamigo é como os demais programas de crédito para a agricultura familiar, uma expressão da porosidade do Estado, uma vez que as práticas e os resultados revelam as tramas que envolvem distintas visões e relações sociais, por isso as ações públicas estão sempre mudando e sendo alvo de avaliações e críticas sistemáticas. O Estado, “entendido como ‘benfeitor’, quando abre oportunidades, coloca agentes públicos a favor dos agricultores, disponibiliza recursos e elabora boas políticas” (RADOMSKY, 2020, p. 10), mas é também percebido como

engessado, autoritário, burocratizado e manipulador, que impõem aos agricultores familiares uma visão de mundo através das formas de controle mediadas pelo crédito.

A discussão sobre desenvolvimento é ampla e possui múltiplas dimensões, não iremos aqui dissertá-las longamente, para não sermos cansativos e falarmos mais do mesmo. Adotaremos uma perspectiva mais ontológica e não normativa do desenvolvimento, que implica ler os cenários e estratégias a partir das liberdades substantivas que certas dinâmicas disponibilizam aos indivíduos e grupos, viabilizando a capacidade potencial ou real que essas estratégias têm de remover os obstáculos que levam à privação, incluindo a privação das liberdades em geral e as que afetam a sobrevivência individual e coletiva (SEN, 2000). Ancorados nessa chave de interpretação, analisaremos a atuação do Agroamigo, como uma metodologia inovadora de concessão de crédito para os agricultores familiares.

Adotamos como base conceitual a perspectiva orientada ao ator, situando o Agroamigo em uma abordagem sociomaterial desse sujeito (GLUCKMAN, 1964; ARCE; CHARÃO-MARQUES, 2021), ou seja, analisamos a capacidade que o programa expressa de produzir mudanças, independentemente dos juízos valorativos atribuídos, sejam elas negativas ou positivas, desde que afetem, toquem e alterem o cotidiano das pessoas e as relações sociais em determinado espaço. Tais afetações e mudanças, mesmo que em escala e dimensões micro, apontam para dinâmicas interpretadas como ações de desenvolvimento, no caso em questão, ações orientadas ao desenvolvimento rural.

A questão que se coloca inicialmente é: seria possível tomar um programa, ou o próprio crédito como ator? Sim, uma vez que, para Arce e Long (2000), atores sociais não são categorias desincorporadas (baseadas na classe social, por exemplo) ou receptores passivos diante das ações de intervenção. Ator, nesse sentido, implica potência de ação, uma espécie de propriedade energizada e dinâmica que pode emergir de seres, ou de coisas comprometidas com a recomposição de territórios de vida. Reconhecemos que o processo de indução do desenvolvimento por atores, implica fatos, eventos, ganhos, inovações, trocas e mobilidade de capitais diversos, capazes de alterar trajetórias e contrariar tendências como as que temos assistido no sertão da Paraíba.

Tais processos são o resultado da ação, interação e prática de vetores que atuam, produzindo associações e correlações distintas, mas que conectam os atores sociais e as materialidades que os cercam. Portanto, não se trata de responsabilizar e hierarquizar um ou outro vetor, mas de valorizar as experiências sociomateriais, a partir da sinergia estabelecida. Um campo de possibilidades é aberto para refletir os fenômenos chamados de contra desenvolvimento, formas criativas orientadas pelo empírico, que contribuem para redistribuir a agência, como na trajetória do Agroamigo no Agreste e Sertão paraibanos, regiões em que é relevante a atuação de outras agências e atores (ONGs, políticas públicas e pesquisadores), e que, ao longo dos últimos 15 anos, fizeram emergir estratégias econômicas de trabalho e renda que não só complementam a renda do grupo familiar, como ampliam os fluxos de comunicação e de interdependências campo-cidade.

Além das conexões com o sistema de crédito rural brasileiro – instituído e ampliado na década de 1990 com o Pronaf –, o Agroamigo ancora sua legitimidade em conceitos, experiência e instituições internacionais de crédito rural, conectadas aos denominados “negócios sociais”, que propõem lucro e impacto social filantrópico em comunidades pobres. Não por acaso, muitos trabalhos que analisam o Agroamigo mencionam a obra *Banqueiro dos Pobres* (2000), de Bengali Muhammad Yunus, e sua experiência com o *Grameen Bank*, além de conexões com organizações estrangeiras, como a *Deutsche Gesellschaft für Zusammenarbeit* (GIZ), entidade pública do governo alemão, de financiamento e atuação internacional em áreas do setor de crédito de carbono e energia renovável (BNB, 2021). A principal função mediadora dessas estratégias nacionais e internacionais acaba se transformando em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), chamada Instituto Nordeste Cidadania (INEC).

A experiência de microcrédito no Brasil não é nova, especialmente em se tratando da destinação de recursos para promover e apoiar a agricultura familiar, com merecido destaque para o

Pronaf, criado em 1995 pelo Governo Federal, cujo objetivo era desenvolvê-la sob os pilares do desenvolvimento sustentável, aumentar a diversificação da produção e, conseqüentemente, o emprego e a renda. Mas, recentemente, o programa tem priorizado a segurança alimentar da família agricultora e a produção para abastecer os mercados locais e de proximidade. Essa expertise do Pronaf foi criteriosamente discutida e analisada em trabalhos acadêmicos sob a alcunha da categoria de repecuarização (CUNHA; MARQUES, 2010; NUNES, 2011, MENESES, 2014).

O Agroamigo é um programa criado, inicialmente, para apoiar agricultores familiares, enquadrados no Pronaf, prioritariamente os do Grupo B, caracterizados por obter renda bruta anual de até R\$ 23 mil, mas, a partir de 2012, passou a contemplar agricultores familiares com renda anual de até R\$ 500 mil (AQUINO; BASTOS, 2015). É possível afirmar que o caráter inovador do Programa reside no fato de assistir, no próprio estabelecimento, os agricultores que precisam de crédito para investirem em atividades produtivas geradoras de renda, mas que não conseguem acessar o mercado financeiro tradicional. De acordo com esses pressupostos, o Agroamigo leva em consideração a realidade financeira dos seus clientes, adotando mecanismos que facilitam a concessão do crédito e o reembolso.

Enquanto elemento inovador, o Agroamigo não direciona o crédito exclusivamente às atividades agropecuárias, contempla também investimentos em atividades, como o turismo rural, agroindústria, pesca, serviços no meio rural e artesanato. Características particulares que justificam o seu sucesso, em termos de alcance dos objetivos, tais como se fazer presente em todos os estados do Nordeste, crescente inclusão de agricultores, baixa inadimplência dos beneficiários, até objetivos não planejados, como a flexibilidade para a realização de investimentos não-agropecuários *stricto sensu*, o que reforça o viés de ator sociomaterial do Agroamigo, reconfigurando as relações rural-urbano em sentido amplo (DUARTE; COSTA; ARAÚJO, 2017).

Ao situar o Agroamigo como um ator sociomaterial, buscamos analisar e reconhecer as interações entre o material e o social, quer dizer, a capacidade de redistribuição material da agência (capital, recursos, papéis e conhecimento), que valida empiricamente as relações e as influências recíprocas e não hierárquicas que circundam nas relações entre os grupos sociais e materiais em um dado espaço social, sem que apenas indivíduos e grupos sociais sejam identificados como atores. Assim, consideramos o significado do impacto produzido pelo programa, com destaque para o estímulo à inclusão produtiva e à organização, estruturação de determinadas cadeias produtivas.

Temos exemplos em que a microfinança atuou como um instrumento de inclusão produtivo, uma vez que, distantes dos mercados monopolizados e competitivos, os agricultores familiares do Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte, passaram a concentrar os recursos do Agroamigo no custeio apícola, e, por meio de cooperativas, criaram mecanismos vantajosos e seguros de comercialização. A situação do Sertão do Apodi é exemplar do potencial de ação do crédito na mobilização de forças endógenas para impulsionar o desenvolvimento (NUNES et al., 2015),

Ao partir da constatação de que aproximadamente 69% dos clientes atendidos pelo Agroamigo estão situados no semiárido, região em que as famílias possuem renda anual inferior a R\$ 10 mil, revelando o compromisso assertivo de atender aos mais carentes, Maciel et al. (2009) analisam a trajetória da microfinança no município de Quixadá-CE, comparando beneficiários e não beneficiários do Agroamigo, para revelar que, mesmo não havendo diferenças significativas em relação à qualidade de vida, há uma diferença expressiva quando se observa a origem da renda dos agricultores: a renda da maioria dos beneficiários do Agroamigo vem da agricultura, já a dos não beneficiários vem de pensões e aposentadorias. O Programa contribuiu decisivamente para a geração de renda, ocupação, produção e autoestima dos beneficiários.

Todavia, fatores intervenientes, endógenos e exógenos, contribuem para explicar a trajetória não linear do Agroamigo nos estados do Nordeste, notadamente os ciclos de estiagem prolongada (a seca), bem como o campo de possibilidades que emerge em decorrência de inovações (os parques de energia eólica e fotovoltaica), ao passo em que as crises políticas (*impeachment* da

Presidente Dilma), sanitária e econômica (pandemia da covid-19) explicam uma maior ou menor interação entre os atores sociais (indivíduos e grupos) e materiais (o microcrédito), potencializando a capacidade de promover mudanças e dinamizar os espaços rurais. Estudos de caso realizados em diferentes estados do Nordeste, abaixo analisados, expressam singularidades relativas à capacidade e ao potencial de ação do Agroamigo.

### 3 O AGROAMIGO E SUAS SINGULARIDADES

O programa Agroamigo tem sido objeto de constantes pesquisas nos últimos 18 anos. Considerando um breve levantamento da produção acadêmica – segundo critério adotado na proposta deste artigo<sup>1</sup> –, podemos afirmar que o Agroamigo é uma política de microfinança constantemente analisada e reavaliada. No período de 2007 até 2022, encontramos livros, teses, dissertações e artigos acadêmicos que se apoiam em dados quantitativos, extraídos das bases do BNB e cruzados com dados do IBGE, além de questionários, entrevistas e outras técnicas de pesquisas qualitativas, sem dúvidas obtidas junto a famílias beneficiárias do Programa.

O volume 46 da Revista Econômica do Nordeste trouxe um suplemento especial totalmente dedicado ao Agroamigo. Aquino e Bastos (2015) propõem-se a fazer uma ampla revisão bibliográfica e uma apresentação das análises estatísticas do período de 2005-2013; no mesmo estilo, temos o artigo de Maia e Pinto (2015), que apresenta um balanço da primeira década do programa. Aquino e Bastos (2015) e Guedes (2017) evidenciam uma tendência que se mantém até hoje: a concentração no viés setorial pecuário do Pronaf e a baixa diversificação das atividades produtivas. Por sua vez, Abramovay (2012) captura o debate sobre a inadimplência e revisa a literatura que aborda o crédito rural para analisar a dinâmica singular do Agroamigo.

O trabalho coordenado por Ricardo Abramovay, publicado em 2013, destaca-se pela análise de 80 municípios, cruzando informações entre poupança local, a bancarização dos mais pobres, as políticas de transferência de renda e as mudanças nos padrões de consumo após entrada no Agroamigo. Mais recentemente, a nível macroeconômico, Alves et al. (2022) analisam como o Agroamigo impacta no crescimento econômico municipal e concluem que, no médio prazo, os impactos são inferiores aos do ano da aplicação dos recursos, e o efeito é modesto em relação à promoção da mudança na economia; contudo, a longo prazo, registram efeitos diretos do crédito nos segmentos agrícola e pecuário, além da ocorrência de retração na produção no ano da aplicação do crédito, resultando em expansão somente no médio e no longo prazo.

Os estudos sobre o microcrédito e o grau de concentração e aderência de recursos nos municípios, em relação à distribuição relativa da população rural, indicam um elevado percentual de municípios com carência de recursos do programa. No caso da Paraíba, entre 2005-2013, revela-se uma trajetória ascendente em relação aos valores desembolsados, variando em 8% a participação no total dos estados nordestinos (OLIVEIRA; ALMEIDA; TAQUES, 2015). Há também estudos que realizam uma dupla correlação entre mudança climática e instituições de microcrédito no Nordeste e no Sul do Brasil, e concluem que o Agroamigo realiza um menor número de operações creditícias nos estados mais vulneráveis às mudanças climáticas (MOSER; GONZALEZ, 2015; GONZALEZ; MOSER, 2015).

A análise do microcrédito rural, a partir de uma perspectiva multidimensional, que não considere apenas a constituição da renda, mas que considere a subjetividade dos agricultores familiares nordestinos, mostra que, independentemente do Agroamigo ser um simples programa de estímulo à contratação do crédito, ou uma política pública de apoio à agricultura familiar, o programa se

<sup>1</sup> Foram utilizados os Bancos de Teses e Dissertações da CAPES e o Google Acadêmico. Os critérios de seleção de livros, artigos, teses e dissertações: recorte temporal, de 2005-2022, com análises gerais do Agroamigo que utilizaram dados do BNB e/ou que usem estudos de caso com pesquisas específicos somente da Paraíba. Pela proposta do artigo e por razões de limites de espaço, não foram considerados artigos em anais de congresso e nem estudos de caso específicos de outros estados do Nordeste.

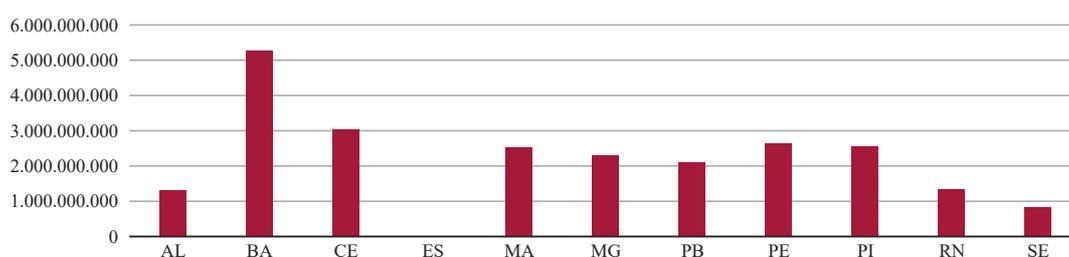
constitui uma estratégia de resiliência de agricultores historicamente marginalizados do Nordeste, contrariando teses que anunciavam o fim dessa agricultura familiar residual, tradicional, de baixa tecnologia e dependente de um crédito aviltante e incapaz de induzir mudanças (COSTA; CARVALHO; SILVA, 2022).

Ainda que Costa, Carvalho e Silva (2022) apresentem uma visão panorâmica e geral, não contemplando todos os estados nordestinos, é inquestionável a necessidade de uma atualização, modernização do programa, enfrentando “questões maiores” da agricultura brasileira, como o pouco acesso a tecnologias e mercados. Não se trata aqui de jogar a criança com a água do banho, mas de reconhecer os limites da capacidade de agenciamento do Agroamigo e sua premente necessidade de romper com uma visão compensatória. O microcrédito exerce um importante papel enquanto indutor de dinâmicas econômicas, porém um salto de qualidade mais estrutural depende de um esforço no sentido de pensar o Programa em uma perspectiva intersetorial e multicêntrica.

#### 4 O AGROAMIGO NA PARAÍBA: AGRICULTURA, PECUÁRIA E GÊNERO

Desde a sua criação, o Agroamigo investiu mais de R\$ 27 bilhões em municípios dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe (BNB, 2023b). Trata-se, portanto, de um importante programa de microcrédito para os agricultores familiares, especialmente os que estão inseridos no Semiárido. Todavia, essa aplicação de recursos não foi linear entre os Estados, como demonstrado no Gráfico 1, em que a Bahia aparece como o estado que recebeu o maior volume de recursos e o Espírito Santo o menor, o que pode ser explicado pela própria atuação do BNB, que concentra seus esforços na região Nordeste, e porque a integração do estado do Espírito Santo no âmbito do semiárido brasileiro só aconteceu em 2021, quando 6 municípios passaram a integrar a área de atuação do BNB (SUDENE, 2021). Ao passo que a Bahia tem a presença do Banco na totalidade dos seus municípios.

Gráfico 1 – Valor das operações contratadas pelo Agroamigo na área de atuação do BNB, entre 2007 e 2022

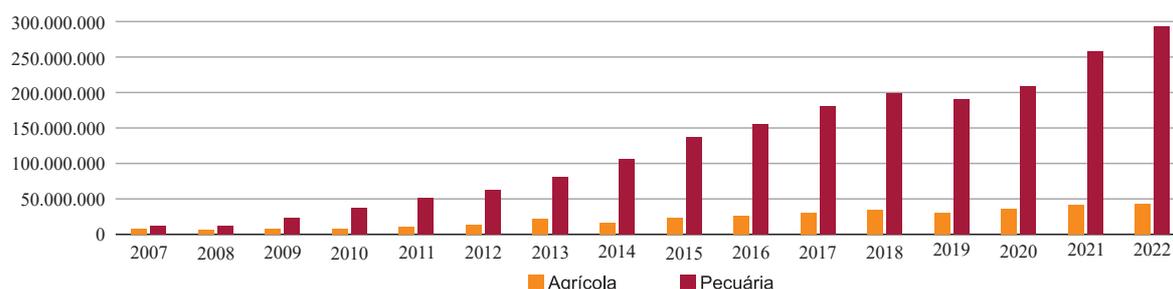


Fonte: BNB (2023a).

Esse aspecto da presença ou ausência do Agroamigo nos estados do Nordeste e, consequentemente, nos municípios, associada à expansão do microcrédito dentro desse intervalo de tempo, revela uma dinâmica progressiva, ao mesmo tempo, de ganho de confiança do Programa, numa via de mão dupla. Quer dizer, de um lado, o agricultor familiar vai adquirindo confiança no Programa e, por conseguinte, em si mesmo; de outro, o BNB gradativamente vai fazendo adaptações de modo a induzir lampejos de mudanças em distintos municípios. É evidente que as mudanças identificadas não resultam exclusivamente da presença do Agroamigo, estudos de caso apontam que há complementariedade de parcerias entre o Programa de Microcrédito e outras iniciativas – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Bolsa Família, assistência técnica e outros (COSTA et al., 2018), em geral, desdobram-se em ganhos efetivos para a agricultura familiar e, consequentemente, para o desenvolvimento local.

A análise da trajetória do Agroamigo no estado da Paraíba (Gráfico 2) leva-nos a inferir que a pecuária bovina, a mais dinâmica do estado se expandiu. A Pesquisa Pecuária Municipal nos mostra que, em 2007, o rebanho bovino da Paraíba era de 1.139.322 cabeças, passando por uma expressiva redução nos anos seguintes e voltando aos patamares citados apenas em 2020, quando teve 1.344.094 cabeças (IBGE, 2023c). A seca de 2012 a 2017 explica, parcialmente, a redução dos rebanhos bovinos, mas não a demora na retomada do número de cabeças. Temos, então, a turbulência político-institucional brasileira como resposta, e o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff (PT) enquanto ápice que desencadeou uma profunda reconfiguração nas políticas públicas e uma diminuição de espaço na agenda do Governo Federal e de recursos para a agricultura familiar.

Gráfico 2 - Volume de recursos concedidos pelo Agroamigo na Paraíba para agricultura e pecuária entre 2007 e 2022

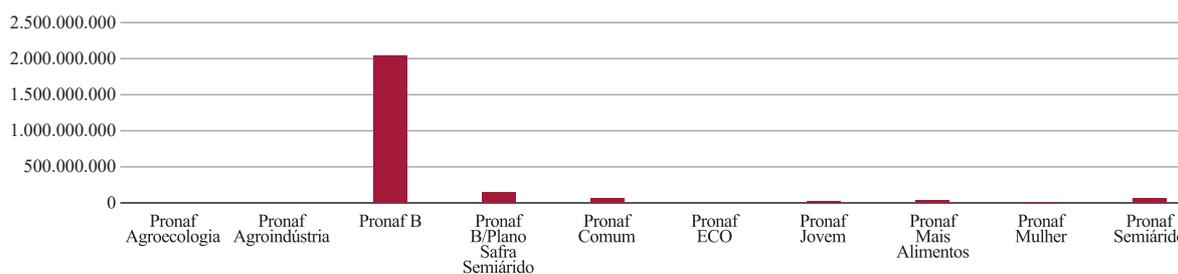


Fonte: BNB (2023a).

O Agroamigo, desde a criação, assumiu o estímulo à produção de alimentos, ainda que os esforços tenham se orientado mais para a pecuária, como bem atestam Aquino e Bastos (2015) e Guedes (2017). O Gráfico 2 permite visualizar o crescimento e o predomínio da atividade pecuária na agricultura familiar, dado que é confirmado pelo Censo Agropecuário de 2017, com: 4.275.927 galináceos, 602.881 bovinos, 338.257 caprinos e 113.936 suínos. Apesar de adversidades climáticas, as criações resistiram e se expandiram, tendo os agricultores familiares, de maneira resiliente, desenvolvido e adotado novas práticas de manejo. Quer dizer, mesmo que o direcionamento do microcrédito para a pecuária não tenha sido uma competência exclusiva do Agroamigo, o dado evidente é que houve crescimento significativo de galináceos, bovinos e de caprinos na Paraíba, consequentemente aumento da oferta de carne, ovos e leite.

Os estudos realizados até então apontavam que o Pronaf, ainda que inovador, operava em um ambiente institucional tradicional, apresentava índices elevados de inadimplência, “fracassava” na promoção de mudanças efetivas e criava problemas de ordem moral às famílias que não conseguiam pagar o crédito contratado (BASTOS, 2006). Nesse sentido, o Agroamigo é uma metodologia elaborada para estimular os agricultores familiares a ampliarem a tomada de crédito, especialmente os mais fragilizados economicamente, enquadrados no Pronaf B, que eram praticamente excluídos desse universo financeiro. Essa estratégia da política de crédito, associada ao fato de que são os agentes que se deslocam até os empreendimentos rurais familiares, no caso funcionários do INEC – o mediador responsável pela operacionalização da política de microcrédito –, e que os detentores de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) do Grupo B recebem 40% de abatimento no valor do crédito tomado, explica a forte concentração dos recursos concedidos no Pronaf B, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Linhas do Pronaf que mais receberam recursos na Paraíba entre 2007-2022

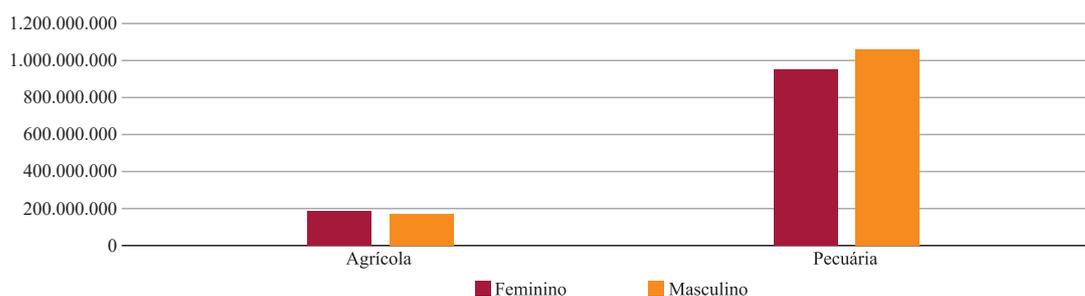


Fonte: BNB (2023a)

Os chamados grupos variáveis ou Grupo V do Pronaf, agricultores com renda anual de até R\$ 415 mil, como o Mulher<sup>2</sup> e o Mais Alimentos (para investimento), possuem um baixo volume de recursos concedidos, quando comparados com os exclusivos do Grupo B, com renda anual de até R\$ 23 mil (Pronaf B e Pronaf B/Plano Safra Semiárido), que concentram o maior volume de recursos, o que indica a fragilidade socioeconômica do agricultor familiar paraibano e, por outro lado, a importância do Agroamigo para os empreendimentos rurais familiares e o desenvolvimento local. Além disso, as linhas que se enquadram no Grupo B e V, como o Pronaf Agroindústria e o Agroecologia, tiveram apenas 3 e 5 operações, respectivamente, em 15 anos, apesar do apelo e atrativo de ONGs e de outras políticas agrícolas, a exemplos do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Outra característica do Agroamigo na Paraíba é a distribuição mais igualitária dos recursos concedidos pelas operações de microcrédito entre homens e mulheres (Gráfico 4), contribuindo para a promoção da igualdade de gênero e para romper com um imaginário histórico e patriarcal de que o papel da mulher na agricultura é de ajudante, e de que os desejos e projetos da mulher estão subordinados às regras do contrato conjugal (CARNEIRO, 2008). Podemos inferir também que as mulheres têm demonstrado certa proatividade, enquanto tomadoras de crédito, superando o número de homens e direcionado o microcrédito para investimentos no custeio de atividades agrícolas; e os homens se esforçaram mais para tomar crédito e investir na atividade pecuária.

Gráfico 4 – Recursos concedidos por setor e por gênero na Paraíba entre 2007 e 2022



Fonte: BNB (2023a)

A predominância de pronafianos do Grupo B (Gráfico 3) ajuda a explicar a relação entre o gênero e a concessão de crédito (Gráfico 4), corroborando o fato de que, na Paraíba, o percentual de mulheres responsáveis pelos estabelecimentos é maior do que o percentual de homens nas faixas etárias mais jovens, menores de 45 anos (TARGINO; MOREIRA, 2020). A performance ativa das mulheres no Agroamigo como tomadoras de empréstimo se explica em parte pela continuidade de dinâmicas de migração que, mesmo tendo arrefecido nos últimos anos, ainda afeta a Paraíba.

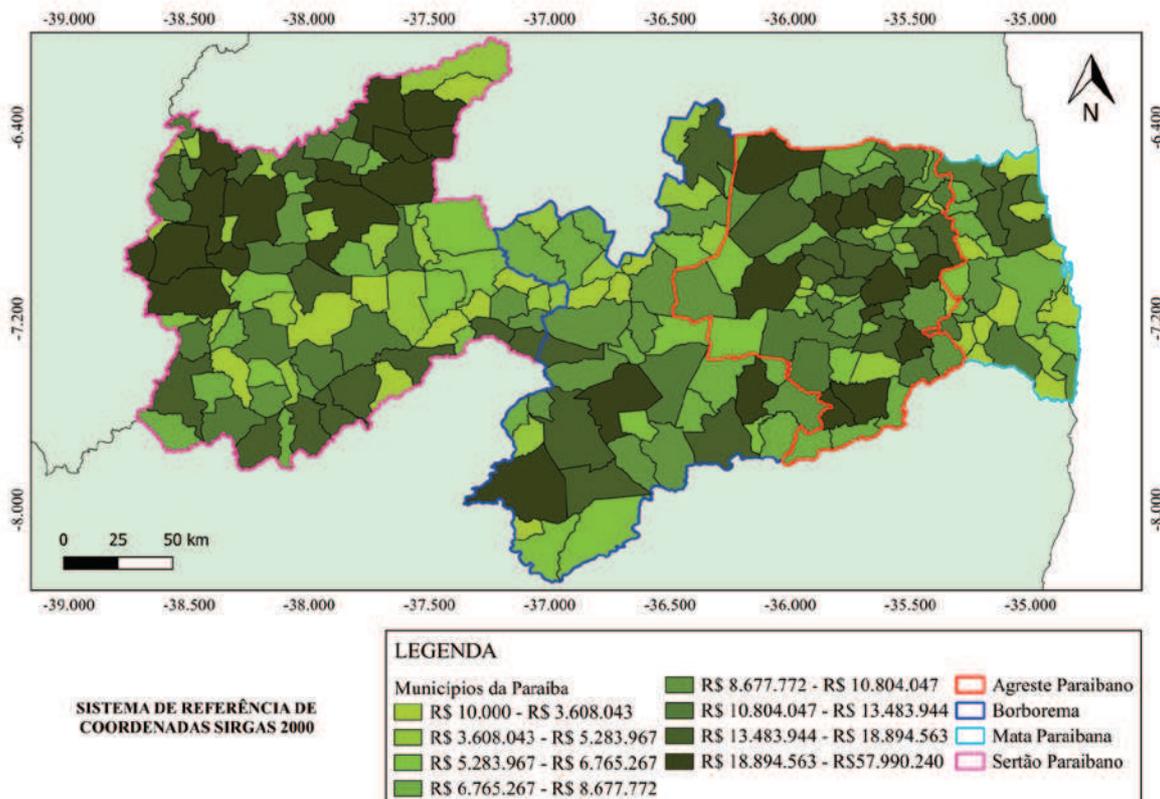
2 As mulheres integrantes dos demais grupos serão atendidas no Pronaf Grupo B (BNB, 2023c).

A DAP incorpora todo o núcleo familiar, cada membro pode realizar até 3 operações de R\$ 6 mil, com bônus de 40%, quer dizer, pagar R\$ 3.600 em até 24 meses. No caso do Grupo V, a DAP também incorpora toda a família, contudo, não há bônus, paga-se o valor integral.

## 6 O AGRESTE E O SERTÃO DA PARAÍBA NO AGROAMIGO

A fim de refletir sobre a capilaridade do Agroamigo na Paraíba, que disponibilizou crédito para agricultores familiares dos 223 municípios do estado, foram elaborados mapas que ilustram as regiões e, conseqüentemente, os municípios em que se teve o maior número de recursos resultantes das operações creditícias. O Mapa 1 destaca que o agreste e o sertão paraibano possuem o maior número de “manchas verdes escuras”, desse modo, mais tomadores de crédito. Essa dinâmica se insere na própria configuração desses territórios, dos 125.489 estabelecimentos agropecuários familiares da Paraíba, 50.189 estão no Agreste e 39.126 no Sertão (IBGE 2017), que, por consequência, são as regiões de maior dinamismo da agricultura familiar (PIRAUX; MIRANDA, 2010).

Mapa 1 – Capilaridade do Agroamigo nos municípios paraibanos entre 2007 e 2022



Fonte: BNB (2023a).

A escolha do agreste e do sertão paraibanos como recorte para uma análise mais específica, do ponto de vista territorial; não se deve apenas ao volume de recursos do Agroamigo e ao número de estabelecimentos agropecuários familiares, mas também por: inserirem-se no Semiárido; terem 17 dos 20 municípios que mais acessaram recursos do programa, dos quais 6 estão no Agreste e 11 no Sertão (Tabela 1); ter um perfil demográfico característico de municípios interioranos, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio e o predomínio de estabelecimentos agropecuários familiares. Os dados, dessa maneira, indicam que o Agroamigo está contribuindo para o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar mais fragilizada do estado da Paraíba, contestan-

do a tese de Moses e Gonzalez (2015) de que as regiões mais vulneráveis às mudanças climáticas realizam o menor número de operações de crédito do Agroamigo.

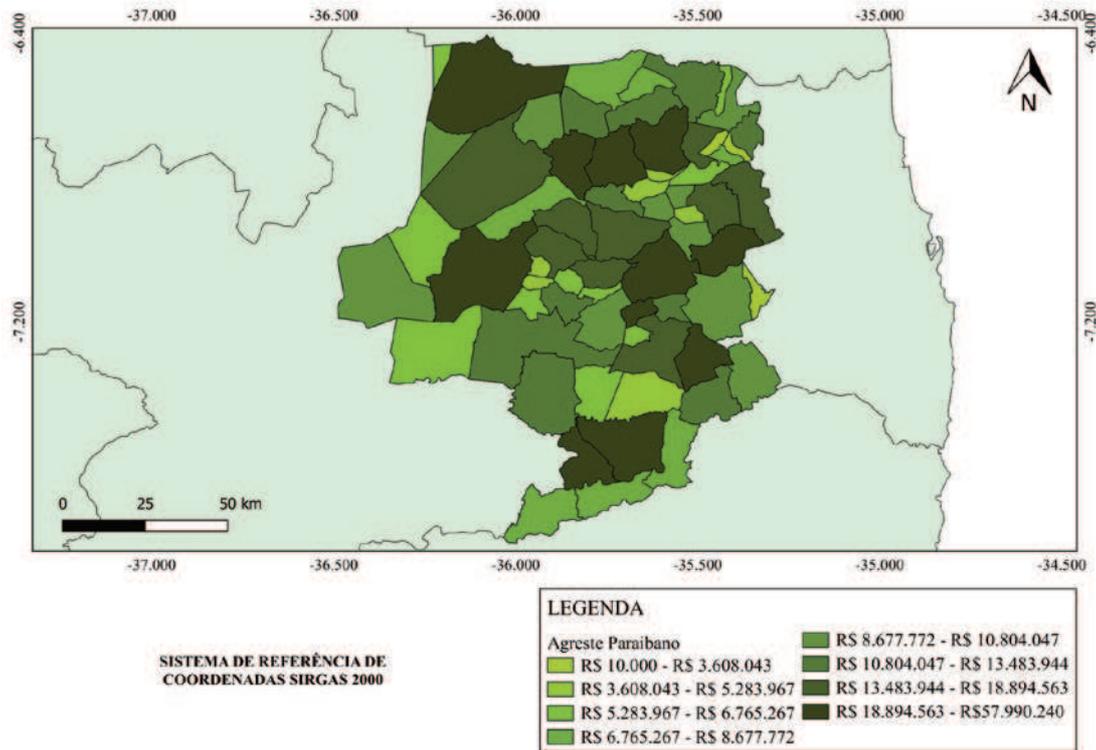
Tabela 1 – Perfil dos 20 municípios paraibanos que mais acessaram o Agroamigo entre 2007 e 2022

| N. | Município                | Região    | População | IDH   | Agricultor |              | Valor (R\$)   |
|----|--------------------------|-----------|-----------|-------|------------|--------------|---------------|
|    |                          |           |           |       | Familiar   | Não Familiar |               |
| 1  | Monteiro                 | Borborema | 30.852    | 0,628 | 2.347      | 856          | 57.990.240,76 |
| 2  | Sousa                    | Sertão    | 65.803    | 0,668 | 1.375      | 351          | 55.901.551,32 |
| 3  | São Bento                | Sertão    | 30.879    | 0,580 | 187        | 74           | 33.582.611,48 |
| 4  | Riacho dos Cavalos       | Sertão    | 8.313     | 0,568 | 508        | 96           | 32.254.856,69 |
| 5  | Solânea                  | Agreste   | 26.693    | 0,595 | 1.277      | 368          | 31.599.720,98 |
| 6  | São João do Rio do Peixe | Sertão    | 18.201    | 0,608 | 1.338      | 263          | 31.021.859,42 |
| 7  | Nazarezinho              | Sertão    | 7.280     | 0,562 | 550        | 53           | 29.637.709,96 |
| 8  | Serra Branca             | Borborema | 12.973    | 0,628 | 743        | 208          | 28.797.619,59 |
| 9  | Cajazeiras               | Sertão    | 58.446    | 0,679 | 1.236      | 308          | 26.776.280,78 |
| 10 | Bananeiras               | Agreste   | 21.851    | 0,568 | 1.647      | 373          | 25.404.052,99 |
| 11 | Catolé do Rocha          | Sertão    | 28.759    | 0,640 | 543        | 192          | 25.376.158,88 |
| 12 | Paulista                 | Sertão    | 11.788    | 0,587 | 601        | 214          | 24.185.623,40 |
| 13 | Alagoa Grande            | Agreste   | 28.479    | 0,582 | 1.110      | 349          | 23.991.926,43 |
| 14 | Mulungu                  | Agreste   | 9.469     | 0,565 | 548        | 278          | 23.962.874,75 |
| 15 | Brejo do Cruz            | Sertão    | 13.123    | 0,597 | 290        | 81           | 23.962.687,71 |
| 16 | Boqueirão                | Borborema | 16.888    | 0,607 | 629        | 242          | 23.508.178,86 |
| 17 | Cachoeira dos Índios     | Sertão    | 9.546     | 0,587 | 576        | 155          | 23.492.459,39 |
| 18 | Uiraúna                  | Sertão    | 14.584    | 0,636 | 584        | 112          | 23.357.189,45 |
| 19 | Serra Redonda            | Agreste   | 7.050     | 0,570 | 617        | 271          | 23.256.632,91 |
| 20 | Aroeiras                 | Agreste   | 19.082    | 0,548 | 1.372      | 360          | 22.165.897,74 |

Fontes: BNB (2023a) e IBGE (2017, 2023a).

Um olhar mais detalhado da distribuição dos recursos do Agroamigo no agreste paraibano (Mapa 2) mostra que os municípios que mais tiveram recursos liberados pelo Programa – Solânea, Bananeiras, Alagoa Grande, Mulungu, Serra Redonda e Aroeiras (Tabela 1) – destacam-se pelo cultivo de batata doce, fava, feijão, mandioca, milho; e pela criação de galináceos, bovinos, suínos, caprinos e ovinos, nessa ordem (IBGE, 2023b; 2023c). Esses dados demonstram bem a contribuição da agricultura familiar agrestina na produção de alimentos e para a segurança alimentar regional, visto que a produção agropecuária citada se insere diretamente na cultura alimentar local. Além disso, pode-se inferir que o Agroamigo está colaborando para um maior dinamismo da agricultura familiar, ao possibilitar que todos os membros da família que tenham DAP acessem o crédito e invistam na ampliação e melhoria das atividades produtivas.

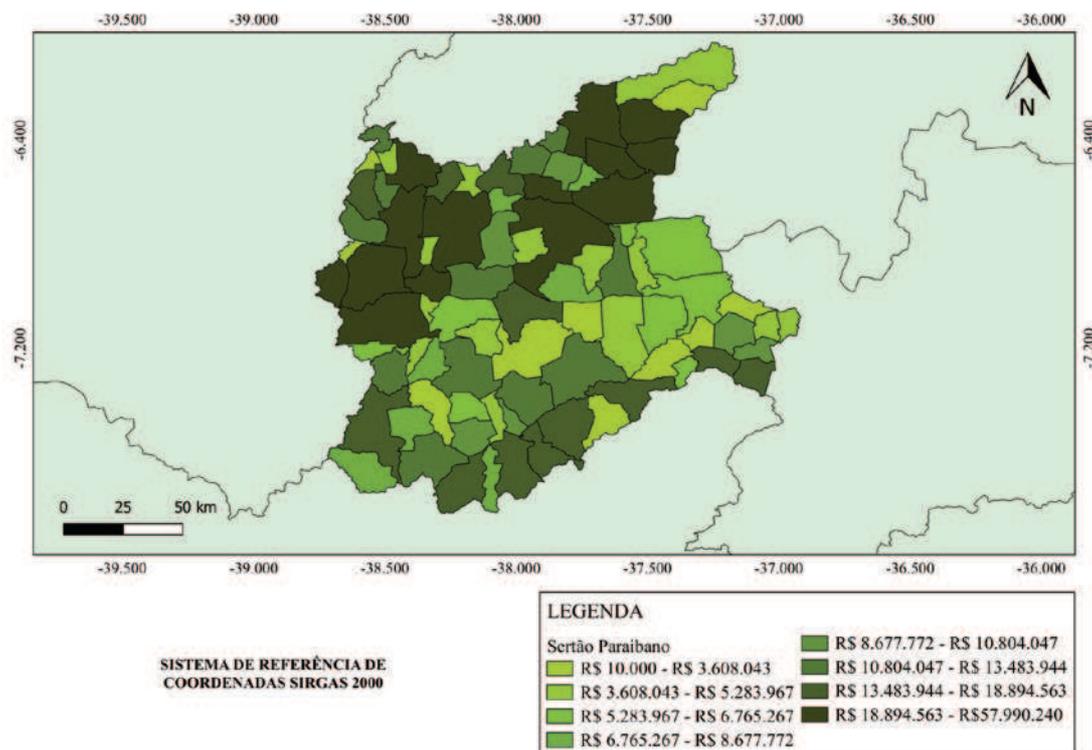
Mapa 2 – Distribuição dos recursos do Agroamigo nos municípios do Agreste Paraibano



Fonte: BNB (2023a).

O sertão paraibano, uma das regiões mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico e climático do estado da Paraíba, possui duas grandes manchas, uma delas mais ao norte e outra ao sul, que indicam uma forte articulação da agricultura familiar (Mapa 3). Os agricultores familiares dos municípios de Sousa, São Bento, Riacho dos Cavalos, São João do Rio do Peixe, Nazarezinho, Cajazeiras, Catolé do Rocha, Paulista, Brejo do Cruz, Cachoeira dos Índios e Uiraúna tomaram R\$ 329.548.988,48 de crédito do Agroamigo (Tabela 1), entre 2007 e 2022, para o cultivo de arroz, batata doce, fava, feijão, mandioca e milho; e para a criação de galináceos, bovinos, suínos e caprinos, nessa ordem (IBGE, 2023b, 2023c). Os dados mostram a importância do Agroamigo para a agricultura familiar para municípios pequenos, como Riacho dos Cavalos, e para a segurança alimentar regional.

## Mapa 3 – Distribuição dos recursos do Agroamigo nos municípios do Sertão Paraibano



Fonte: BNB (2023a).

Ademais, as evidências empíricas aqui apresentadas, embora sejam predominantemente quantitativas, demonstram que as teses guiadas pela vulnerabilidade climática, enquanto um empecilho à tomada de crédito do Agroamigo (MOSER; GONZALEZ, 2015; GONZALEZ; MOSER, 2015), são frágeis e necessitam ser problematizadas para que não caiamos nas chaves de análise que reduzem o Semiárido nordestino à seca, à miséria, à fome, entre outros. Não queremos dizer que a região tenha se libertado da sua fragilidade socioeconômica, mas que a formulação de políticas públicas e programas de microcrédito contribuem para modificar a realidade de pequenos municípios, muitas vezes invisibilizados e esquecidos pelo Estado.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arranjo institucional, criado para operacionalizar o Agroamigo, carrega em si uma certa perspectiva do que Cunha e Paulino (2014, p. 53) denominaram “excepcionalismo dos pobres”<sup>3</sup>, quer dizer, um tipo de modernização que reforça identidades, imaginários, dinâmicas específicas, sem romper com lógicas tradicionais que não promovem mudanças efetivas nas condições materiais, que, embora inovem, a exemplo das tecnologias sociais de captação de água, não transformam, não promovem desenvolvimento, nem criam as condições que permitam aos indivíduos e grupos pobres fazerem escolhas e desenvolverem potencialidades.

3 Observando as políticas de convivência com o semiárido, Cunha e Paulino (2014) delimitam como excepcionalismo a visão institucional de considerar certos grupos humanos de algum modo excepcionais, devendo ter, portanto, um tratamento diferenciado. O exemplo das cisternas de placas é, neste sentido, paradigmático. As cisternas não são anunciadas como alternativas paliativas enquanto não é possível oferecer, para os moradores das comunidades rurais do interior do Nordeste, água tratada e encanada. Elas simbolizam a capacidade de adaptação do sertanejo, sua criatividade e, por fim, o desejo de que mantenham sua excepcionalidade (PAULINO, CUNHA, 2014, p. 54). Aqui podemos apontar algumas afinidades eletivas nesse tipo de excepcionalismo em estratégias do Agroamigo que pela própria lógica institucional dão pouca ou nenhuma abertura para que os beneficiários mudem de faixa, por exemplo, sair do Pronaf B e outras categorias que demonstrem aumento da renda etc.

No caso do Agroamigo, os agentes creditícios, vinculados ao INEC, atuam na totalidade de municípios dos estados que abrangem a área de atuação do BNB. Portanto, ratificamos o papel de ator, indutor de mudanças que o Agroamigo vem assumindo em regiões frágeis do Nordeste semiárido, conforme exemplificado nos casos analisados, mas é importante pontuar que não há estímulos para que o agricultor familiar cresça e avance na atividade que desenvolve, pleiteando linhas de crédito com valor mais elevado. É como se na sociedade alguns tivessem predestinados a viver e gozar das benesses da modernidade e outros tenham apenas o direito de sobreviver e figurar em estatísticas de boas práticas.

Outra dimensão que a análise do Agroamigo aponta é a necessidade de se avançar nas articulações de temáticas intersetoriais em um mesmo arranjo, ação e política pública. Constatamos que o valor do microcrédito, ainda que mais de uma pessoa do grupo familiar possa realizar um contrato, é baixo para operar grandes mudanças. A intersectorialidade e a integração entre políticas são decisivas para a agricultura familiar, objetivamente o microcrédito aliado à assistência técnica e à inclusão dos agricultores em espaços participativos e cooperativos que facilitem a relação com o mercado e os processos de certificação. Para hoje, o que se tem é uma dinâmica de justaposição desencontrada de políticas públicas que tem levado a ofertas de recursos e serviços que se sobrepõem verticalmente e que não se comunicam horizontalmente.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Alcance e limites das finanças de proximidade no combate à inadimplência: o caso do Agroamigo. In: BARBOSA, C.; TEIXEIRA, M.; DAMASCENO, W. (Orgs.). **A experiência dos programas de microcrédito do Banco do Nordeste**. Fortaleza, BNB, 2012. p. 369-390.

ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Cinco anos de Agroamigo: retrato público e efeitos do Programa**. 2 ed. Fortaleza: BNB, 2013.

ALVES, M. O.; OLIVEIRA, A. I.; CARNEIRO, W. M.; MACIEL, I. S. R. Agroamigo Crescer: expansão do crédito e impactos macroeconômicos nos municípios. In: ALVES, M. O. (Org.). **FNE: impactos do crédito em diferentes setores e contextos da economia nordestina**. Fortaleza: BNB, 2022. p. 83-106. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1437/1/2022\\_SAPP\\_16.pdf](https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bitstream/123456789/1437/1/2022_SAPP_16.pdf). Acesso em: abr. 2023.

AQUINO, J. R.; BASTOS, F. Dez anos do Programa Agroamigo na Região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**, n. 46, p. 139-160. 2015. Suplemento especial. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/46>. Acesso em: 13 abri. 2023.

ARCE, A.; LONG, N. Reconfiguring modernity and development from an anthropological perspective. In: ARCE, A.; LONG, N. (Eds.). **Anthropology, development and modernities: exploring discourses, counter-tendencies and violence**. Londres: Routledge, 2000. p. 1-31.

ARCE, A. A.; CHARÃO-MARQUES, F. Desenvolvimento, materialidades e o ator social: orientações metodológicas para aproximações territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 1, p. 40-65, fev. 2021. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v29n1-5>.

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. Belo Horizonte: Polis, 2006.

BNB. **Relatório de resultados e impactos**: exercício 2020. Fortaleza: BNB, 2021. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/913>. Acesso em: 28 mar. 2023.

BNB. **Agroamigo entre 2005 e 2022**. Planilha de Excel. Fortaleza: BNB, 2023a.

BNB. **Sobre o Agroamigo**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/sobre>. Acesso em: 28 mar. 2023b.

BNB. **Plano Safra 2022-2023**: quadro resumo (tabela grupos e linhas Pronaf). Disponível em: <https://11nk.dev/KHNje>. Acesso em: 30 mar. 2023c.

CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? COSTA, L. F. C; FLEXOR, G; SANTOS, R. (Orgs.). **Mundo rural brasileiro**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

COSTA, J.; CARVALHO, D.; SILVA, A. L. A questão do microcrédito produtivo e orientado rural no Nordeste: a importância da metodologia do Agroamigo face as novas leituras sobre a agricultura familiar. In: VOGT, C.; CARVALHO, A. C. (Org.). **Crescimento e desenvolvimento numa perspectiva interdisciplinar**: ensaios sobre o crescimento econômico brasileiro. Guarujá: Científica Digital, 2022, p. 66-84.

CUNHA, L. H.; MARQUES, L. H. G. A '(re)pecuarização' do semi-árido nordestino: projetos territoriais, mudanças discursivas e transformações das estratégias produtivas. In: VIII Congresso latino-americano de Sociologia Rural. **Anais...** Porto de Galinhas: Alasru, 2010.

COSTA, E. M.; DUARTE, S. P. S.; MARINHO, F. Z.; KHAN, A. S.; ARAÚJO, J. A. Efeitos heterogêneos do programa Agroamigo sobre os pequenos produtores rurais. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 49, n. 2, p. 43-61, abr./jun., 2018. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/633>. Acesso em: 13 abr. 2023.

DUARTE, S. P.; COSTA, E. M.; ARAUJO, J. A. O microcrédito como estratégia de redução da pobreza no nordeste brasileiro: uma avaliação a partir do programa Agroamigo. **Espacios**, v. 38, p. 6-15, 2017. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n08/a17v38n08p06.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.

GLUCKMAN, M. **Closed systems and open minds**: the limits of naivety in social anthropology. Chicago: Aldine, 1964.

GONZALEZ, L; MOSER, R. M. B. Green microfinance: the case of the Cresol System in Southern Brazil. **Revista de Administração Pública**, v. 49, p. 1039-1058, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020150404>.

GUEDES, I. A. **Efeitos do microcrédito rural sobre a produção agropecuária**: evidências do programa Agroamigo. 47f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia do Setor Público) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pecuaria.html?localidade=25&tema=0](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pecuaria.html?localidade=25&tema=0). Acesso em: 28 mar. 2023.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 abr. 2023a.

IBGE. **Pesquisa Agrícola Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado>. Acesso em: 28 mar. 2023b.

IBGE. **Pesquisa Pecuária Municipal**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939#resultado>. Acesso em: 28 mar. 2023c.

- MACIEL, H. M.; KHAN, A. S.; MAYORGA, R. D.; ALENCAR JR, J. S. O Impacto do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) na melhoria das condições das famílias beneficiadas no estado do Ceará: um estudo de caso. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 559-586, 2009. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/366>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- MAIA, G. B. S.; PINTO, A. R. Agroamigo: uma análise de sua importância no desempenho do Pronaf B. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, p. 09-20, 2015. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/38>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- MENESES, V. **Associativismo e caprinocultura: políticas públicas e “politicagem” no cariri paraibano**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.
- MOSER, R. M. B.; GONZALEZ, L. Microfinance and climate change impacts: the case of Agroamigo in Brazil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 55, p. 397-407, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-759020150404>.
- NUNES, A. M. B. **A (re)pecuarização do semiárido nordestino: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE)**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- NUNES, E. M.; LIMA, J. S. S; TÔRRES, F. L.; FRANÇA, A. R. M.; MEDEIROS, L. S. O Agroamigo e a estruturação da agricultura familiar em Territórios da Cidadania: Impactos na cadeia da apicultura no Sertão do Apodi (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, p. 105-122, 2015. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/44>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- OLIVEIRA, J. C. T.; ALMEIDA, A. T. C.; TAQUES, F. H. Concentração e aderência dos recursos da carteira de financiamento do Agroamigo: evidências para o Nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 46, p. 19-35, 2015. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/39/21>. Acesso em: 13 abril 2023.
- PAULINO, J. S; CUNHA, L. H Convivência com semiárido: um novo paradigma para políticas públicas no Nordeste? In: NEVES, D.; GOMES, R. A.; LEAL, P. F (Orgs.) **Quadros institucionais em políticas públicas**. Campina Grande: EDUEPB, 2014, p. 27-59. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/xdm8s/pdf/neves-9788578792787.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- PIRAUX, M.; MIRANDA, R. de S. A longa emergência da agricultura familiar:: relações entre atividade agrícola, atores sociais e formas de intervenção do estado no Agreste Paraibano. **Raízes**, v. 30, n. 2, p. 52-67, 2010. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2010.v30.91>.
- RADOMSKY, G. F. W. As políticas de desenvolvimento entre a sedução e a sedação. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 23, 2020, e61564. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v23i.61564>.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SUDENE. **Resolução Condél/Sudene nº 150, de 13 de dezembro de 2021**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-condel-sudene-n-150-de-13-de-dezembro-de-2021-370970623>. Acesso em: 13 abr. 2023.

TARGINO, I. MOREIRA, E. R. F. Agricultura familiar na Paraíba: Perfil com base no Censo Agropecuário de 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 51, p. 133-154, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1267>. Acesso em: 13 abril 2023.

YUNUS, B. M. **O Banheiro dos pobres**: a evolução do microcrédito que ajudou os pobres. São Paulo: Ática, 2000.